

Exmo.Senhor  
Presidente da Comissão de Orçamento,  
Finanças e Administração Pública  
Palácio de S.Bento

Lisboa, 20 de junho de 2012

Faz dentro de semanas um ano que o Ministro das Finanças anunciou publicamente a necessidade da Região Autónoma da Madeira (RAM) ser sujeita a um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro semelhante ao que a Portugal assinou com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional em maio de 2011.

Um mês mais tarde, a 14 de setembro, num debate quinzenal na Assembleia da República, Primeiro-Ministro anunciou que o *“relatório de avaliação da situação na Madeira será conhecido este mês de Setembro e, durante este mês de Setembro, será desenhado ainda um programa de ajustamento macroeconómico para a Madeira”*. No entanto, dois dias depois, um comunicado conjunto do Instituto Nacional de Estatística do Banco de Portugal dava conta da ausência de reporte por parte da Administração Regional da Madeira às autoridades estatísticas de despesas que, inscritas no primeiro semestre do ano, oneraram o défice de 2011 em 550 milhões de euros.

Na verdade, tanto o relatório como o do programa em causa foram adiados para depois das eleições na RAM, que tiveram lugar a 9 de outubro de 2011, e embora o programa estivesse a ser preparado na altura – como mostra a terceira atualização do Memorando de Entendimento (MdE) com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo

Monetário Internacional, que decorreu em novembro de 2011 e foi publicado em dezembro, inclui dois pontos relativos (3.17. e 3.18.) sobre esta questão -, não há qualquer referência no OE2012, entregue a 17 de outubro na Assembleia da República.

O Programa de Ajustamento Regional da Madeira foi oficialmente assinado no dia 27 de janeiro de 2012. Sabe-se que o Orçamento de Estado Retificativo de 2012, apresentado no final de março passado, prevê um *“Empréstimo à Região Autónoma da Madeira (RAM) em resultado do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM, do qual decorre um contrato de financiamento de até 1.500 milhões de euros para pagamento de dívidas, prevendo-se que o reforço necessário no ano de 2012 ascenda a 938 milhões de euros”*; e sabe-se também na 4ª atualização do MdE com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, apresentado em abril último, que o Governo *“vai monitorizar o progresso da implementação pela Região Autónoma da Madeira [do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro] e apresentar os resultados trimestralmente antes da atualização do Memorando de Entendimento, com o primeiro relatório a ser apresentado em Abril de 2012”* (ponto 3.12.).

No entanto, uma vez decorrida a primeira avaliação do Programa e feito o pagamento da primeira tranche do empréstimo, a Assembleia da República nunca viu nem discutiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM, e limita-se a seguir à distância, através da comunicação social, as notícias sobre a situação financeira da RAM - como aquelas que vieram a público recentemente sobre parecer do Tribunal de Contas, que concluiu que o Governo da RAM ultrapassou o limite de endividamento em mais de mil milhões de euros em 2010.

Tendo em conta a necessidade de esclarecimentos públicos sobre esta questão, o Partido Socialista requer a presença do Ministro das Finanças e da Administração Pública e de um membro do Governo da Regional Autónoma da Madeira nesta comissão com a maior

brevidade possível, bem como o envio à Assembleia da República de todos os documentos relevantes para o acompanhamento e avaliação deste assunto.



Deputado João Galamba



Deputado Pedro Marques